



**RARISSIMAS - ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE DEFICIÊNCIAS MENTAIS E RARAS**

**RELATÓRIO E CONTAS
EXERCÍCIO DE 2021**



**KRESTON
IBERAUDIT**

RARÍSSIMAS

Inovação
Investigação
Internacionalização

Associação Nacional de Deficiências Mentais e Doenças
Raras

Relatório de Gestão de 2021

Moita, 30 de outubro de 2023
A Comissão Provisória de Gestão

RARISZIMAS

Associação
+191924220
R. Maria Júlia de Sá, 100, Ev.

003
P
H

Índice:

1.	Nota Prévia	3
2.	Actividade Desenvolvida.....	4
3.	Proveitos.....	6
4.	Custos	7
5.	Resultados.....	8
6.	Investimento	8
7.	Situação financeira	9
8.	Menções legais.....	9
9.	Factos relevantes após o fecho do exercício	9
10.	Perspectivas futuras	10
11.	Proposta de aplicação de resultados	12
12.	Agradecimentos	12
	Anexo 1 - Demonstrações Financeiras.....	15
	Anexo 2 - Ações Judiciais	21



RARÍSSIMAS

Associação Nacional de Deficiências Mentais e Doenças Raras

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number '15' and a signature.

1. Nota Prévia:

A Raríssimas – Associação Nacional de Deficiências Mentais e Doenças Raras, tem a missão de apoiar os doentes raros, com deficiências mentais e físicas, seus familiares e amigos.

Constituída em 12 de abril de 2002 é uma associação sem fins lucrativos, Instituição Particular de Solidariedade Social que actua na área da saúde, à qual veio a ser atribuído o Estatuto de Utilidade Pública - DR, III Série, no dia 20 de outubro de 2003.

Como é do conhecimento público, a Raríssimas foi afectada por um conjunto de problemas internos, no final de 2017, os quais tiveram ampla projecção mediática, por envolverem membros dos órgãos sociais, a quem eram imputados actos de gestão danosa e que, nos anos subsequentes impactaram na reputação da instituição, no funcionamento dos órgãos e nas actividades da associação, tendo havido, inclusive, necessidade de ser prestado apoio financeiro e à gestão, pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Recusado pelos associados o projecto previsto pela SCML para a Raríssimas, foram eleitos novos corpos sociais em 19 de abril de 2021, mas que não procederam à apresentação das contas do exercício de 2020 e 2021, no prazo legal.

A IES foi apresentada pela empresa de contabilidade Odulisser, Lda em 22/07/2021. Na página web da instituição, não foi publicado relatório de gestão, porque inexistente.

A rejeição das contas dos exercícios de 2020 e 2021 pelos associados, na assembleia geral de 14 de julho de 2022, a par do afastamento dos membros dos órgãos sociais ainda em funções, conduzem a que seja a Comissão Provisória de Gestão, que tomou posse em 31 de julho de 2022, a apresentar o relatório de gestão referente a 2020, 2021 e de 2022.

Realce-se que todas as demonstrações financeiras agora apresentadas são as mesmas que foram elaboradas pelos anteriores órgãos sociais e presentes à Assembleia Geral de 14 de julho de 2022 e entregues no âmbito da IES referente a 2021.

Foi necessário redigir o Relatório de Gestão de 2021, para este documento espelhar as contas e a evolução da entidade, sendo o mesmo assinado pelo órgão de gestão que agora rerepresenta essas contas, objecto de certificação legal pela Kreston, SROC.



RARISSIMAS

Associação
Instituto para
a Integração e
a Reabilitação

A Comissão Provisória de Gestão (CPG) entendeu que as correções contabilísticas detectadas dos anos 2020 e 2021, sejam efectuadas no exercício de 2022, pois não afectam o resultado líquido deste exercício, em que as regularizações respectivas são registadas em conta apropriada de resultados de anos anteriores, evitando ou reduzindo não ter que submeter, de novo, as IES e outra documentação já apresentada a entidades oficiais.

2. Actividade Desenvolvida:

A Raríssimas tem renovado anualmente os acordos e programas com as tutelas Ministério do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social (Respostas sociais) e Ministério da Saúde (UCCI).

No ano de 2021, a Raríssimas manteve a actividade no seu equipamento da Moita (Casa dos Marcos), Centro Integrado para as Doenças Raras, com as respostas sociais de CACI (24 utentes externos, 6 internos), Unidade Residencial (24 utentes), RAI (5 utentes). Também neste equipamento continuam a funcionar a UCCI (unidade clínica, com capacidade para 39 doentes, para estadas de curta, média e longa duração) e o CDR (resposta privada de prestação de terapias), com 30 utentes.

No Centro Raríssimo Norte (Delegação da Maia), este teve, no exercício em análise, 13 colaboradores e uma média de 21 utentes. Aparentemente, ainda subsistia a Delegação do Pico, sem atendimento ocupacional de utentes e com uma funcionária.

- **Evolução do número de utentes, em média, por valência (2019 a 2021):**

Nº médio de utentes por valência	2019	2020	2021
Casa dos Marcos			
- CACI	24	24	24
- LAR	24	24	24
- RAI	5	5	5
- CDR	30	30	30
- UCCI	39	39	39
Delegação Norte			
- CDR - Maia	32	21	25
Delegação Pico			
- CDR Pico	1	5	0
Total	155	148	147

RARÍSSIMAS

Associação
Investigação
Investigação

A delegação do Pico, terá deixado de ter actividade, ficando sem utentes e o CDR da Mala recuperou alguns utentes.

- Evolução dos recursos humanos, incluindo prestadores de serviços (recibos verdes):

Nº médio de RH	2019	2020	2021
Casa dos Marcos			
- CACI	20	17	17
- LAR	24	24	24
- RAI	9	6	5
- CDR	8	12	11
- UCCD	65	57	57
Delegação Norte			
- CDR - Maia	16	13	11
Delegação Pico			
- CDR Pico	1	1	1
Total	143	130	126

- Evolução verbas pagas pelo ISS, IP, quanto às respostas sociais

RESPOSTAS SOCIAIS	2019	2020	2021
Casa dos Marcos			
- CACI	192.405,15	203.628,33	208.864,93
- LAR	303.491,56	3.203,62,31	335.248,54
- RAI	66.363,51	66.448,10	70.117,31
Total:	562.260,22	590.538,14	614.230,78

- Evolução das verbas pagas pelo Estado (ISS, I.P.), quanto à UCCI:

Casa dos Marcos	2019	2020	2021
UCCI			
	146.438,00	155.356,00	165.000,00

Em anexo a este relatório de gestão, apresentamos os relatórios de actividades, de cada valência

3. Proveitos:

Os rendimentos do exercício de 2021, no valor de 1.493.791,98€, face ao valor de 2020, 1.430.123 €, consubstanciaram, ainda assim, um aumento, apesar dos impactos da situação pandémica, das restrições e condicionamentos.

Registou-se um significativo aumento nos subsídios de entidades públicas, quer pelo recebimento do FSS (275 000€), quer por outros subsídios extraordinários, relativos à COVID 19. Ao invés, a rubrica de doações, heranças e legados, apresenta o valor total de 286.330€ € em 2022, face a 734.365€ de 2021, uma redução substancial de quase 60%, agravando a queda contínua de donativos, à semelhança do que já havia sucedido em 2019, em que se recebeu 1.364.018€.

• Evolução dos principais proveitos, 2019-2021, por tipo:

Proveitos	2019	2020	2021
Prestação de serviços a utentes	1.579.249€	1.413.423€	1.493.792 €
Subsídios do Estado ou entidades públicas	573.934€	628.414€	943.344€
Doações e heranças	1.364.018€	734.365€	286.330€
Total de proveitos	3.560.369€	2.829.421€	2.723.466€

• Evolução dos Proveitos médios, por utente:

Proveito médio por utente	2019	2020	2021
Casa dos Marcos			
- CAÇI	2.300€	1.828€	1.891€
-LAR	2.300€	1.828€	1.891€
-RAI	2.300€	1.828€	1.815€
-UCCI	2.300€	1.828€	1862
Delegação Norte			
- CDR Maia	3.635€	2.654€	2.206€
Delegação Piçó- CDR	2.300€	1.828€	-

4. Custos:

Quanto aos gastos no período, há que registar uma diminuição pronunciada nos custos dos materiais consumidos 10.651,70€, face ao anterior exercício de 2020 de 147.180,19€, mas tal derivou da revisão de critérios contabilísticos, por alteração da firma encarregue da contabilidade.

	2019	2020	2021
CMVMC	107.453€	147.180€	10.651€

- **Evolução das principais rubricas dos fornecimentos e serviços externos:**

	2019	2020	2021
Trabalhos especializados	178.410€	121.366€	110.675€
Honorários	96.628€	112.157€	196.030€
Energia e Fluidos	151.343€	136.844€	206.876€
Segurança e Vigilância	61.825€	60.015€	63.841 €

No ano de 2021, não foram realizados investimentos substanciais – aquisição de equipamentos, no valor de 5.000€.

- **Evolução FSE por natureza (2019-2021):**

	2019	2020	2021
Subcontratos	-22.789€	136.747€	158.619€
Serviços especializados	410.126€	357.814€	442.492€
Materiais	93.490€	42.403€	59.118€
Energia e fluidos	151.343€	136.844€	206.876€
Deslocações, estadas	7.919€	1.677€	1.710€
Serviços diversos	88.507€	56.715€	114.899€
Totais	728.836€	732.401€	983.214€

Apesar de um ligeiro aumento (natural, atendendo à situação de pandemia), os resultados decorreram da intensa renegociação contratual, com os diversos fornecedores.

RARISSIMAS

11000044
Ministério da
Economia e Emprego

No exercício de 2020, há a assinalar um decréscimo acentuado de gastos com pessoal: 1.808.310€, por oposição a 2019, em que se despendeu 2.103.563,44 uma redução de 14,0%.

- **Evolução gastos com pessoal (2019 a 2021):**

2019	2020	2021
2.203.563€	1.808.310€	1.563.602€

- **Evolução do custo médio por funcionário/prestador de serviços (2019-2020):**

	2019	2020	2021
Custo médio por colaborador	24.407€	12.886€	13.030€

Assim, apesar de o nº de colaboradores se ter mantido, o custo médio por colaborador desceu de forma acentuada.

5. Resultados:

Em 2021, o resultado líquido do período é de -26.012,36, tendo, no exercício anterior sido obtido um resultado líquido positivo de € 445.064,67.

Apesar de ter um resultado líquido negativo, a Rarissimas conseguiu ter um EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization* (em português, lucros antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) e um Cash-flow positivo, respectivamente de de -10.948€ e +284.577€, contravalores, em 2020 de -3.923€ e +108.985€, respectivamente.

6. Investimento:

No ano de 2021, foram realizados investimentos no valor de cerca de 5.000€, em equipamentos.

6
03
P

7. Situação financeira:

A situação financeira degradou-se face a 2020, por causa dos fracos resultados obtidos, apoio residual da SCML, cuja ligação à Raríssimas terminou, no exercício em análise

BT
D

- O "net debt" (Caixa + depósitos bancários - dívida financeira):

	2019	2020	2021
Caixa e Depósitos Bancários	162.055€	108.986€	284.577€
Dívida financeira	951.181€	1.100.031€	1.390.069€
Net Debt	-789.126€	-991.645€	-1.105.492€

- Em termos de solvabilidade financeira, verificamos a seguinte evolução:

	2019	2020	2021
Rácio de autonomia Financeira	67,0%	67,3%	66,4%

8. Menções legais:

Não existem, no período, dívidas ao Estado, mormente à AT e à Segurança Social.

9. Factos relevantes, após o fecho do exercício:

Após o exercício verificaram-se vários factos relevantes:

- O fim do apoio financeiro e à gestão pela SCML, atenta a reprovação das propostas desta entidade pelos associados;

- A eleição de novos corpos sociais, a crise directiva que se vivenciou, culminando no início de 2022, com a demissão de quatro membros da Direcção, a tentativa de recomposição dos órgãos sociais, em maio e julho de 2022.



RARÍSSIMAS

FUNDADA
EM 1978
VIA PÚBLICA, Lda

Cabe ao Estado um papel fundamental, ao qual não se pode eximir, pois são sobejamente conhecidos os problemas de subfinanciamento (por via de despesas, necessárias ao funcionamento da instituição, que o Estado não paga) e, por vezes, de atrasos nos pagamentos. No caso da Raríssimas, dado que lidamos, por norma, com a multideficiência, utilizamos mais recursos, conseqüentemente, mais despesas, que não são consideradas.

Os apoios para o reequilíbrio financeiro, atribuídos por via do FSS, apesar da boa vontade, têm sido meros paliativos e são claramente insuficientes. Tem de haver um posicionamento mais forte do Estado, de forma a dar tempo e espaço para a instituição reposicionar-se e repensar a sua estratégia e reequilibrar-se financeiramente. É certo que se poderá dizer que o não acolhimento do projecto da SCML por alguns dos associados, conduziu à situação que se vivencia, em 2020 e nos anos seguintes. Tal raciocínio, porém, é inútil, porquanto o que importa é tirar lições do passado, trabalhar no presente, para construir o futuro.

Estando este relatório de gestão a ser escrito em 30 de outubro de 2023, as perspectivas e projectos futuros têm de se referir à data de hoje. Assim, apesar destes últimos 3 anos terem sido muito turbulentos e complicados para a Raríssimas, quer por via da pandemia e respectivos constrangimentos, quer pelas sucessivas crises dos órgãos sociais, a que acrescem as dificuldades de tesouraria, é convicção da CPG, alicerçada nas convicções demonstradas por entidades públicas, parceiros, colaboradores, associados, que a Raríssimas é dificilmente substituível, pelo conhecimento e experiência na área das doenças raras e das multideficiências, pelo Centro Integrado para as Doenças Raras e tem, ainda, um papel importante a desempenhar na sociedade portuguesa.

Em 2023/2024, é considerado necessário implementar e/ou concluir os seguintes projectos, estratégicos:

- Eleição e estabilidade dos órgãos sociais – sem a paz institucional e associativa, nada será possível;
- Análise das situações de reclamações dos trabalhadores e sindicatos, visando a paz laboral e a definição das contingências provindas de faltas de actualizações e progressões nas carreiras e outros deveres legais- sem a paz laboral, nada será viável;
- Plano de reestruturação da instituição, num horizonte de 3 a 5 anos, com recurso a entidades terceiras e definição de estratégia;

RARÍSSIMAS

Associação
Fundação
1997, 2002, 2010

- Contratação de gestão profissional;
- Capacitação dos quadros directivos e técnicos da Instituição, com estabelecimento de parcerias, designadamente, com a Fundação Manuel Violante – inscrição no Programa Miles.

Preterde-se reequacionar o projeto de impacto social da Raríssimas, de forma a resolver os complexos desafios atuais (agravados pelo passado) e pensar o futuro, tornando-a uma instituição alinhada com os objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Ha necessidade de redefinição da estratégia global e repensar a estrutura organizativa. Haverá que adaptar o modelo de negócio, por forma a garantir a sustentabilidade. Insere-se, neste âmbito, por exemplo, a dinamização dos CDR da Moita, Maia e reabertura do CDR de Lisboa e outros projectos inovadores;

Repensar a marca e a estratégia de comunicação e de angariação de fundos, serão, também desígnios fulcrais.

Os desafios são muitos. Haja quem queira enfrentá-los, conscientes que não basta apenas boa vontade.

11. Proposta de aplicação de resultados:

A CPG propõe que o prejuízo apurado no exercício, no valor de ~~26.012,36€~~ seja levado a resultados transitados. [?] **28.624,22 €**

12. Agradecimentos

A finalizar, queremos agradecer:

- À Exm^a Senhora Dr^a Maria Cavaco Silva, madrinha da Raríssimas, pela coragem em defender a instituição e os seus utentes, tendo honrado com a sua presença, a conferência realizada no dia 28 de fevereiro de 2023, o seu inestimável contributo para a defesa da causa dos doentes raros;

RARÍSSIMAS

Instituto
Intercultural
Infância e Adolescência

ES
A

- À Exm^a Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Dr^a Ana Mendes Godinho que não deixou de se interessar pela Instituição e pela sorte dos seus doentes, familiares e colaboradores;

- À Secretária de Estado da Inclusão para as pessoas com deficiência, na pessoa da Exm^a Senhora Secretária de Estado, Dr^a Ana Sofia Antunes, a qual teve a gentileza de visitar a Instituição, no dia 5 de Janeiro de 2023, momento charneira e endereçar palavras encorajadoras, de apoio à continuidade da Raríssimas;

- Ao Centro Distrital da Segurança Social de Setúbal, onde se situa o nosso principal equipamento (Casa dos Marcos), pela sua inesgotável diligência e empenho, na pessoa da sua Directora.

- Ao Centro Distrital da Segurança Social de Lisboa, com competência para a nossa sede e a todos os funcionários dos vários institutos da Segurança Social que têm intervindo e acompanhado esta instituição, ao longo deste processo de recuperação da Raríssimas;

- Ao Município e à Junta de Freguesia da Moita, nas pessoas dos seus Presidentes, Eng^o Carlos Albino e Eng^o Fabricio Pereira, agradecimentos extensivos a todos os funcionários que têm diligenciado e resolvido muitos problemas e prestado apoio às actividades e aos utentes da Associação;

- Ao município de Lisboa e Junta de Freguesia da Ajuda, pela solidariedade, paciência com que têm aguardado a redinamização do espaço-sede/CDR da Ajuda, com quem pretendemos aprofundar as relações institucionais e parcerias, para o bem das comunidades;

- Aos mecenas e apoiantes, com destaque para o apoio prestado pelas seguintes entidades: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Allice, Fundação Manuel António da Mota, Missão Sorriso (Contínente), Pingo Doce-Grupo Jerónimo Martins, SIC Esperança, por não terem falhado os apoios aos doentes Raros. A todos os demais mecenas e doadores que pediram para ficar anónimos, ou a quem injusta, mas não intencionalmente, não mencionamos.

- Às entidades que consideramos nossas parceiras - À Odulisser, Ld^a, nas pessoas do Dr. Ulisses da Silva e da Dr^a Andreia Cochicho, à Odulisser Informática, Ld^a,



RARISSÍMAS

Associação
Vozes da Cidadania
Informação Social, Lda

nas pessoas do Dr. Nuno e do Dr. Diogo e todos os demais funcionários envolvidos; À Kreston, SROCC, nas pessoas do Dr. João Lopes e Dr. Jorge Fernandes; À Hardssecure e à Sysconnect, seus Directores e equipas, pelo seu empenho e diligência, na situação crítica vivenciada aquando do ataque informático – sem o apoio destas empresas, não existiria a Raríssimas;

- A todos os fornecedores que compreenderam que queremos cumprir os nossos compromissos e que não colocaram em causa o relacionamento comercial, nem as actividades, nem o futuro dos utentes e da Raríssimas. Oxalá consigamos reforçar a colaboração e continuemos a ser merecedores da confiança depositada;

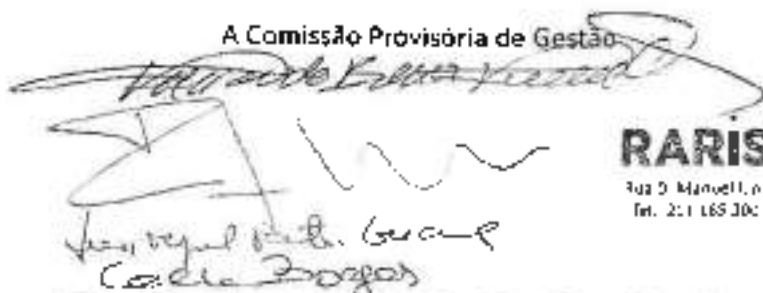
- Aos colaboradores, agradecemos a perseverança, o zelo e a compreensão, sem os quais esta instituição soçobrarla e que confiamos, apesar das falhas, que nos constroem. Aos associados que nos apolaram e aos que não o fizeram, nem farão, porque são estes os que nos obrigam a ser críticos do nosso trabalho;

- Por último, mas não menos importante, aos utentes, porque são fonte diária de inspiração, pelas lições de resistência e superação das adversidades e pela felicidade que manifestam, pelas pequenas coisas que conseguimos fazer, tal como os seus familiares e cuidadores.

O caminho não tem sido, nem vai ser fácil. Mas, pelo menos, encerramos e apresentamos as contas, pugnamos pela sua transparência, decorrentes da certificação por Revisor Oficial de Contas, cumprindo, assim, com o mandato que nos foi conferido a 31 de julho de 2022. Com isto, que já não foi pouco, a instituição poderá concorrer a projectos, a subsídios e merecer a confiança dos mecenas e doadores e do Estado, municípios e outras entidades.

Moita, 30 de outubro de 2023

A Comissão Provisória de Gestão



Handwritten signatures of the Provisional Management Commission members, including names like "José Manuel Costa" and "C. da Silva".

RARISSÍMAS

Rua D. Manuel I, n.º 16 | 2160-390 Moita
Tel. 21 1 665 300 | NIF: 506 027 240

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos financeiros	8	4.405.350,76	163.402,00
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos materiais	8	474.681,67	480.240,00
Investimentos financeiros	11.1	24.604,76	24.604,76
Financiamentos concedidos - fundações/ONGs		0,00	0,00
Outros ativos não correntes		0,00	0,00
		4.904.637,19	672.246,76
Activo corrente			
Mãe-primas, subsidiárias e de governo	8	126.935,64	97.500,00
Clientes e fornecedores	11.3	121.403,71	121.433,33
Estado e outras entidades públicas	11.9	0,00	0,00
Fornecedores / parcerias/ONGs/daqueres/ associados / membros	11.2	91.517,16	52.373,93
Diferenças	11.5	0,00	3.477,46
Outros créditos correntes	11.4	22.067,43	170.124,99
Caixa e depósitos bancários	11.6	254.577,33	125.985,80
		701.850,81	571.022,51
Total do ativo		5.606.488,00	1.243.269,27
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resíduos transferidos	11.7	21.000,81	74.899,73
Expendidos de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.8	3.736.334,30	3.820.191,85
		3.857.335,11	3.995.091,58
Resultado líquido do período	11.3	-23.624,22	25.013,36
Total dos fundos patrimoniais		3.833.710,89	4.020.105,21
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões / Processos Judiciais	11	25.844,59	25.844,59
Financiamentos Obtidos	8	712.850,18	755.021,67
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		738.694,77	780.866,26
Passivo corrente			
Fornecedores	11.8	721.340,83	704.225,13
Estado e outras entes públicas	11.9	106.278,10	27.778,90
Financiamentos obtidos	8	691.215,35	264.689,84
Recebimentos a reconhecer	11.5	0,00	0,00
Outros passivos correntes	11.10	248.340,22	217.904,49
		1.767.164,50	1.214.598,36
Total do passivo		2.505.859,27	2.005.464,62
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6.339.640,16	6.025.673,89

A Direcção

RARISSIMAS

Rua D. Manoel, 145 | 2550-191 Alcabala

Tel: +351 21 255 80 00 | Email: geral@rarissimas.pt

Luís Miguel Pereira

Carla Paes

António Pereira

[Handwritten signature]

Responsável

[Handwritten signature]

Rarissimas Ass. Nacional Deficiências Múltiplas Raras
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 174027211

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	10	1.493.791,98	1.430.122,60
Subsídios, doações e legados a expiração	17.11	1.229.674,34	1.399.298,57
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	3,90
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-16.651,07	-147.180,19
Fornecimentos e serviços externos	17.12	-953.213,94	-752.460,75
Gastos com o pessoal	15	-1.563.692,01	-1.808.309,57
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outras rendimentos	17.13	163.387,34	70.920,22
Outros gastos	17.14	-174.799,75	-45.511,19
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		156.786,89	166.739,49
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 ; 6	-167.734,76	-170.663,24
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-10.947,87	-3.923,75
Juros e rendimentos similares obtidos	17.15	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	17.15	-17.676,35	-20.920,14
Resultados antes de impostos		-28.624,22	-24.843,89
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	-1.168,47
Resultado líquido do período		-28.624,22	-26.012,36

A Direção

O responsável

Rarissimas
 Rua D. Manuel, n.º 1, 2800-353 Alcabala
 Tel: +351 21 506 027 244
 NIF: 506 027 244

Carla Silva
Luís M. da R. Silva
[Assinatura]

[Assinatura]

RARISSIMAS Agr. Nacional De Telebrasil Membros Fundos
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda : Valores em Euros

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		1 361 316,06	667 632,40
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de baixa		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		369 810,31	136 273,25
Pagamentos ao Estado		1 175 812,09	212 470,14
Pagamentos referentes a impostos sobre o rendimento	Caixa gerada por actividades operacionais	57 506,34	161 671,81
Outros recebimentos e pagamentos		0,00	287,79
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	-9 174,33	11 729 142,71
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos não tangíveis		5 020,72	47 554,93
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		141 250,00	18 122,11
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos não tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		151 250,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos de investimento		5,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-5 005,72	-28 472,04
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		2 597 341,66	1 112 582,43
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	772 228,79
Outras operações de financiamento		10 242,42	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		2 318 146,36	2 041 050,67
Juros e ganhos similares		17 261,79	20 950,14
Dividendos		0,00	815,00
Redução de fundos		0,20	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	279 075,22	1 131 741,14
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		170 594,27	-17 088,87
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		106 463,86	122 054,47
Caixa e seus equivalentes no fim do período		277 058,13	104 965,60

A Direcção

O Responsável

RARISSIMAS

PT20 - Informatizacão Systems, SA

Processado por Computador

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Raríssimas Ass. Nacional
Deficiências Mentais Raras

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do
exercício de 2021

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico da Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	13
5	Ativos Fixos Tangíveis	13
6	Ativos Intangíveis	15
7	Locações	16
8	Custos de Empréstimos Obtidos	16
9	Inventários	17
10	Receito	17
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	18
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	18
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	18
14	Imposto sobre o Rendimento	18
15	Benefícios dos empregados	18
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	19
17	Outras Informações	19
17.1	Investimentos Financeiros	20
17.2	Fundadores/forçados/patrocinadores/forçados/associados/membros	20
17.3	Clientes e Utentes	21
17.4	Outros Ativos Correntes	21
17.5	Diferimentos	22
17.6	Caixa e Depósitos Bancários	22
17.7	Fundos Patrimoniais	24
17.8	Fornecedores	23
17.9	Estado e Outros Entes Públicas	23
17.10	Outros Passivos Correntes	23
17.11	Subsídios, doações e legados à exploração	24
17.12	Fornecimentos e serviços externos	24
17.13	Outros rendimentos e ganhos	25
17.14	Outros gastos e perdas	25
17.15	Resultados Financeiros	26
27.15	Acontecimentos após data de Balanço	26

Índice

1	Identificação da Entidade	1
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	1
3	Principais Políticas Contabilísticas	1
3.1	Bases de Mensuração Usadas na Preparação das Demonstrações Financeiras	1
3.2	Políticas de Recorrecimento e Mensuração	3
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	7
5	Ativos Fixos Tangíveis	7
6	Ativos Intangíveis	9
7	Investimentos Financeiros	9
8	Inventários	10
9	Clientes e Utensís	10
10	Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	10
11	Diferimentos	10
12	Outros Ativos Correntes	11
13	Caixa e Depósitos Bancários	11
14	Fundos Patrimoniais	11
15	Provisões	12
16	Financiamentos Obtidos	12
17	Fornecedores	12
18	Estado e Outros Entes Públicos	13
19	Outros Passivos Correntes	13
20	Rendimentos	13
21	Fornecimentos e serviços externos	14
22	Gastos com Pessoal	15
23	Outros gastos	15
24	Provisões específicas	15
25	Juros e Gastos Financeiros	16
26	Imposto sobre o Rendimento	16
27	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17
28	Acontecimentos após a data de Balanço	17

1 Identificação da Entidade

A Rarissimas - Associação Nacional de Deficiências Mentais e Paras, NIPC 506327244, é uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com estatutos publicados no Diário da República nº243, Ser. I III de 20 de Outubro de 2003. Tem sede social em Rua da Açucenas, Cote1, Loja Utº. - Lishga, e tem como atividade a prestação de serviços sociais.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual,

independentemente do momento do pagamento ou do recebimento, sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por atrasamentos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materiais se puderem, individualmente ou coletivamente influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou erro, ajustados nas circunstâncias que os rodeiam. A dimensão ou a natureza do item, ou uma combinação de ambas, pode ser o fator determinante.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam listas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos fundos patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo. Se uma lista de item não for individualmente material, ela é agregada a outros itens, seja na face dessas demonstrações, seja nas notas do anexo. Um item que não seja suficientemente material para justificar a sua apresentação separada na face dessas demonstrações pode porém ser suficientemente material para que seja apresentado separadamente nas notas do anexo.

3.1.5 Compensação

Os ativos e passivos, e os rendimentos e gastos, não devem ser compensados. É importante que os ativos e passivos e os rendimentos e gastos sejam separadamente relatados. A compensação quer na demonstração dos resultados quer no balanço, exceto quando a mesma reflita a substância da transação ou outros acontecimentos, prejudica a capacidade dos utentes em compreender as transações, outros acontecimentos e condições que tenham ocorrido e de avaliar os futuros fluxos de caixa da entidade.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa deve ser incluída para a informação descritiva quando for relevante para compreensão das demonstrações financeiras do período corrente. Por alteração de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos a Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/descreção decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terras e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhada na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração é também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais".

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento de produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem a qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser possível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/ou unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 Propriedades de investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registradas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidos diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorrem da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as melhorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidas apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	-----
Programas de Computador	-----
Propriedade Industrial	-----
Outros Ativos Intangíveis	-----

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou

[Handwritten signatures and initials in the right margin]

- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil

3.2.5 Investimentos Financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MÉP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MÉP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado reduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que não sejam geralmente intercambiáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou dos serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, não são mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tomam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resultar numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - o Alterações no risco segurado;
 - o Alterações na taxa de câmbio;
 - o Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - o Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, durativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores /doadores /associados /membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os "Créditos a Receber" encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Impiedade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Impiedade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data do Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorre em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contábil Interna e de Relatório Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE):

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e Depósitos Bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um efluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecas à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possível chance de existir estfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um Influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

E/ou

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispendios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advêm dos empréstimos obtidos e precipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado, ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitandose sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia)

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto no período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas

Nos termos do n.º 1 do art.º 20 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) estão isentas de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas à queelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1.
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC a taxa aplicável sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 67. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dois anos para a Segurança Social), até 2020, inclusive, e cinco anos a partir de 2021), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2017 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

Bens do património histórico, artístico e cultural

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição (Ativo)	Exercício de 2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Reversões	
Terreno e recursos naturais	675 316,86	0,00	0,00	0,00	0,00	675 316,86
Edifícios e outras construções	5 265 147,65	0,00	0,00	0,00	0,00	5 265 147,65
Equipamento básico	459 386,60	45 311,05	0,00	0,00	0,00	504 697,65
Equipamento de transporte	67 155,48	0,00	0,00	0,00	0,00	67 155,48
Equipamento bibliotecário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	119 889,05	550,80	0,00	0,00	0,00	120 439,85
Outros ativos fixos tangíveis	173 960,67	0,00	0,00	0,00	0,00	173 960,67
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	6 760 756,31	45 861,85	0,00	0,00	0,00	6 806 618,16

Exercício de 2020				
Descrição (Gasto)	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Terreno e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1.412.954,39	115.588,26	507,73	1.412.954,39
Equipamento Básico	416.024,72	21.725,23	733,37	436.019,58
Equipamento de transporte	67.155,48	0,00	0,00	67.155,48
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	118.461,00	490,35	0,00	118.941,05
Outros ativos fixos tangíveis	124.166,14	16.526,59	0,00	140.692,73
Total	2.039.676,20	157.823,13	1.236,10	2.174.763,23

Exercício de 2021						
Descrição (Ativo)	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Terreno e recursos naturais	575.216,86	0,00	0,00	0,00	0,00	675.216,86
Edifícios e outras construções	5.265.147,65	1.660,50	0,00	0,00	0,00	5.266.808,15
Equipamento Básico	509.547,56	1.009,72	9.887,85	0,00	0,00	500.669,43
Equipamento de transporte	67.155,48	0,00	0,00	0,00	0,00	67.155,48
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	120.439,84	0,00	5.468,11	0,00	0,00	114.971,73
Outros ativos fixos tangíveis	173.960,67	0,00	0,00	0,00	0,00	173.960,67
Instituições em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	6.806.618,16	6.670,22	9.437,97	0,00	0,00	6.803.850,41

Exercício de 2021				
Descrição (Gasto)	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Terreno e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1.412.954,39	219.588,93	0,00	1.632.543,31
Equipamento Básico	436.019,58	29.411,73	0,00	465.431,31
Equipamento de transporte	67.155,48	0,00	0,00	67.155,48
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	118.941,05	480,97	0,00	119.422,02
Outros ativos fixos tangíveis	140.692,73	16.148,50	0,00	156.841,23
Total	2.174.763,23	165.629,13	0,00	2.340.392,36

Ano	Total Ativos Fixos Tangíveis	Total Deprec. Acumuladas	Ativo Líquido
2020	5.805.618,16	2.174.763,23	4.630.854,93
2021	5.803.850,41	2.340.392,36	4.463.458,05

Propriedades de Investimento

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

6 Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

Nesta rubrica não existe nada a evidenciar

Outros Ativos Intangíveis

A quantificação bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição (Ativo)	Exercício de 2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	70 216,76	0,00	0,00	0,00	0,00	70 216,76
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	667 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	667 000,00
Total	737 216,76	0,00	0,00	0,00	0,00	737 216,76

Descrição (Gasto)	Exercício de 2020			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	70 216,76	0,00	0,00	70 216,76
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	185 688,33	21 121,67	0,00	186 760,00
Total	236 853,09	21 121,67	0,00	256 976,76

Descrição (Ativo)	Exercício de 2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	70 216,76	0,00	0,00	0,00	0,00	70 216,76
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	667 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	667 000,00
Total	737 216,76	0,00	0,00	0,00	0,00	737 216,76

Descrição (Gasto)	Exercício de 2021			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	70 216,76	0,00	0,00	70 216,76
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	186 760,00	13 340,00	7 211,67	192 318,33
Total	256 976,76	13 340,00	7 211,67	262 535,09

Ano	Total Ativos Fixos Intangíveis	Total Deprec. Acumuladas	Ativo Líquido
2020	137.286,75	156.976,76	450.240,00
2021	147.216,74	262.535,09	474.681,67

[Handwritten signature and initials]

7 Locações

A Entidade detém os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

8 Custos da Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidas como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	Exercício de 2021			Exercício de 2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	17.361,79	0,00	17.361,79	20.201,12	0,00	20.201,12
Locações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de factura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Letras bancárias de letra descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	17.361,79	0,00	17.361,79	20.201,12	0,00	20.201,12

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	Exercício de 2021			Exercício de 2020		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De um a cinco anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mais de cinco anos	97.790,35	17.361,79	115.152,14	88.743,41	20.201,12	108.944,53
Total	97.790,35	17.361,79	115.152,14	88.743,41	20.201,12	108.944,53

Estrutura dos Financiamentos Obtidos - Capital em Dívida Corrente e Não Corrente

Descrição	Exercício de 2021			Exercício de 2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	114.019,98	712.850,14	826.870,12	121.173,73	480.471,67	601.645,40
Locações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos bancários	10.343,47	0,00	10.343,47	0,00	0,00	10.343,47
Contas caucionadas	75.000,00	0,00	75.000,00	175.000,00	0,00	175.000,00
Contas bancárias de factura	202.875,45	0,00	202.875,45	25.500,90	0,00	25.500,90
Letras bancárias de letra descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros empréstimos	275.000,00	0,00	275.000,00	275.000,00	0,00	275.000,00
Total	677.238,85	712.850,14	1.390.088,99	601.674,63	480.471,67	1.082.146,30

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Exercício de 2020				Exercício de 2021			
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário Final	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário Final	
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mercadorias-primas, Subs Consumo	33.352,23	142.257,41	49.431,19	97.890,64	162.817,39	47.597,51	126.988,64	
Produtos acabados e intermediários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subprodutos, desp., resid Interim	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Produtos em trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	33.352,23	142.257,41	49.431,19	97.890,64	162.817,39	47.597,51	126.988,64	
Costo Merc. vend. taxat Consumidas	0,00	147.180,19	0,00	0,00	10.651,07	0,00	0,00	
Variações nos invent Produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

De referenciar que em stocks /inventário, para além dos classificados na conta 61 "CMVMC", existem diversos bens e produtos, cujo o consumo é contabilizado na conta 62 "Fornecimentos e Serviços Externos", em 2021 perfaz o valor de 170.665,83 €

	2021
6267	16.777,34
6228.1	30.450,31
62682	29.567,14
	170.665,83

10 Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores (Mensalidades)	1.471.946,58	1.419.422,60
Quotas e jotas	17.225,00	16.700,00
Serviços Secundários	4.620,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	
Rendimentos de patrocinadoras e colaboradores	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	1.493.791,58	1.436.122,60

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**Provisões**

Nos períodos de 2020 e 2021, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2020	Aumentos	Diminuições	2021
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	25 844,59	0,00	0,00	25 844,59
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos de arrendamento	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas no setor	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	25 844,59	0,00	0,00	25 844,59

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

14 Imposto sobre o Rendimento

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

15 Benefícios dos empregados

Os membros dos órgãos diretivos, para os períodos de 2020 e 2021, foram, respetivamente:

Exercício 2020	
Cargo	Nome
Presidente	Mário João Tavares de Almeida Cardoso
Vice-Presidente	Helena Maria Ferreira Cantante
Vogal	Rosalina Alves Ladeira dos Santos

Exercício 2021	
Cargo	Nome
Presidente	Mário João Tavares de Almeida Cardoso
Vice-Presidente	Helena Maria Ferreira Cantante
Vogal	Rosalina Alves Ladeira dos Santos

Os órgãos diretivos não usufruem de quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em:	
Exercício	número médio de colaboradores
31-12-2020	154
31-12-2021	141

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	1 198 572,06	1 467 862,42
Benefícios Pós-Emprego	9 852,52	5 292,98
Indemnizações	3 730,20	1 724,88
Encargos sobre as Remunerações	316 653,46	334 655,13
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	24 436,62	21 527,37
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	10 357,15	11 746,81
Total	1 563 602,01	1 803 399,57

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 544/81, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2021	2020
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	54 604,76	54 604,76
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	54 604,76	54 604,76

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	33 817,35	8 655,09
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	57 895,84	43 720,44
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	91 713,19	52 375,53

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	125.408,71	53.781,15
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Total	125.408,71	53.781,15

A instituição dispõe de uma aplicação de Gestão de Clientes que disponibiliza uma conta corrente por cliente evidenciando todos os movimentos.

17.4 Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
Reservas a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	45.940,28	14.258,33
Adiantamentos a fornecedores	24.022,00	14.022,00
Reservas por atrasos de rendimentos	15.005,20	10.157,83
Outras operações	0,00	0,00
Clientes Devedores	2.100,00	12.915,63
Perdas por Impedida	0,00	0,00
Ativos Financeiros - Ações	0,00	0,00
Doutros Ativos Financeiros	0,00	2.000,00
Total	73.067,48	244.763,81

Handwritten notes and signatures:
 - Top right: "CS" with a signature.
 - Middle right: A large handwritten "X" or "Z" mark.

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos

Descrição	2021	2020
Gastos a reconhecer		
Seguros	0,00	R 477,46
Rendas Antecipadas	0,00	0,00
"	0,00	0,00
Total	0,00	R 477,46
Rendimentos a reconhecer		
Mensalidades	0,00	0,00
Outras Receitas com provêdo diferido	0,00	0,00
"	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	12 430,95	21 065,50
Depósitos à ordem	54 840,44	42 013,15
Depósitos a prazo	213 250,30	19 500,00
Outros	0,00	0,00
Total	280 521,69	82 578,65

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados trans. camb.	74 893,73	0,00	24 843,89	50 059,84
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	3 820 191,85	0,00	60 837,55	3 759 354,30
Total	3 895 085,58	0,00	85 701,44	3 809 384,14

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	141 340,83	41 477,95
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	141 340,83	41 477,95

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)		283,23
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)		0,00
Outros Impostos e Taxas		14 017,71
Total	0,00	14 300,93
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	1 543,87
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	119,56	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	15 740,27	5 256,77
Segurança Social	61 343,64	24 989,77
Outros Impostos e Taxas	31 034,53	30 306,92
Total	108 238,10	62 097,33

17.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Total				
Fornecedores a pagar	0,00	3,20	0,00	3,20
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros empréstimos	0,00	7 108,27	0,00	5 117,50
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	253 515,66	0,00	253 515,66
Credores por aumento de gastos	0,00	0,00	0,00	170 710,45
Outros credores	0,00	10 638,22	0,00	15 524,83
Adiantamento de Clientes	0,00	23 125,48	0,00	-23 125,48
Total	0,00	248 340,32	0,00	521 756,16